

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.459 - AL (2019/0341432-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : JONATHAN JOSÉ DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.
PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. PRISÃO
PREVENTIVA. GRAVIDADE EM CONCRETO. *MODUS*
OPERANDI. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA.
GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO
IDÔNEA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.
INSUFICIÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, sem pedido liminar, interposto por JONATHAN JOSÉ DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas proferido no *Habeas Corpus* n.º 0803841-75.2019.8.02.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em **flagrante**, em 16/06/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal (fls. 14-19). O Juízo de primeira instância converteu a prisão em flagrante em **preventiva** no dia 17/06/2019 (fls. 52-55).

O Ministério Público estadual denunciou o Paciente e outro indivíduo como incurso no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal (fls. 117-120). O Juízo de origem recebeu a inicial acusatória e **reafirmou a necessidade de manutenção da prisão processual** (fls. 127-129).

Irresignada com a custódia cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 142-146).

Em suas razões, o Recorrente sustenta, em suma, a inexistência de fundamentação idônea e dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva.

Requer a revogação da custódia provisória com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas.

Superior Tribunal de Justiça

Não foi formulado pleito liminar.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 183-184).

É o relatório.

Decido.

O Juízo *a quo* manteve a custódia cautelar nos seguintes termos (fls. 134-135, sem grifos no original):

"Já o periculum libertatis compreende a 'garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal' (CPP, art. 312).

Acerca da necessidade da prisão preventiva, verifica-se que a medida cautelar é necessária para garantir a ordem pública. Apesar de 'ordem pública' ser conceito jurídico indeterminado e não poder ser invocado de forma genérica, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece algumas hipóteses de cabimento da prisão por esse fundamento, como: a) a maneira de execução do delito sobressair a extrema periculosidade do agente (HC 111244, Relatora): Min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, julgado em 10/04/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-124 DIVULG 25-06-2012 PUBLIC 26-06-2012); b) o fundado receio de reiteração diante dos antecedentes criminais do acusado (HC 146293 AgR, Relatora): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-157 DIVULG 03-08-2018 PUBLIC 06-08-2018), ou ainda, c) quando houver indícios de participação em organização criminosa (HC 108201, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 08/05/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJc-105 DIVULG 29-05-2012 PUBLIC 30-05-2012).

Aos investigados, aplica-se o fundamento da 'maneira de execução do delito sobressair a extrema periculosidade do agente'. Tendo em vista que atuaram de forma organizada, ao pedir pelo aplicativo um motorista; coordenada, agindo em conjunto; e eficiente para atingir a finalidade de supostamente subtrair o aparelho celular da vítima. O crime teria sido praticado em concurso de agentes, de forma coordenada, comprometendo de forma mais significativa a ordem pública.

Além disso, verifica-se que o extenso número de crimes e registros de ocorrência imputado ao investigado Jonathan José dos Santos (fls. 35/36) recomenda a prisão preventiva para evitar a reiteração de crimes supostamente praticados com violência. (I) Destaca o Superior Tribunal de Justiça que 'impende consignar, por oportuno, que, conforme orientação jurisprudencial desta Corte, inquéritos (i) e ações penais em curso constituem elementos capazes de demonstrar o risco concreto de reiteração delituosa, justificando a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública. Dessa forma, a prisão

processual está devidamente fundamentada na necessidade de garantir a ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de flagrante o ilegalidade' (HC 382.697/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 24/02/2017).'

Por todos os motivos acima, entendo como configurada a necessidade de garantir a ordem pública por meio da prisão preventiva do indiciado.

Apesar de primariedade delitiva, como é o caso do investigado Diogo Cavanessi Ferreira, a residência fixa e a ocupação lícita serem argumentos válidos para fins de análise da necessidade da prisão preventiva, tais elementos não geram, por si só, a obrigatoriedade da concessão da liberdade provisória.

Na hipótese destes autos, os pressupostos autorizadores da prisão preventiva preponderam em relação a tais características pessoais, em virtude da periculosidade concreta.

De fato, entende o Supremo Tribunal Federal que a primariedade, residência fixa e ocupação lícita não são capazes de, por si sós, impedir a prisão provisória se presentes os requisitos do art. 312 do CPP (STF - HC: 107830 SP, Relator: Min. TEORI ZAVASCKI, Data de Julgamento: 19/03/2013, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-061 DIVULG 03-04-2013 PUBLIC 04-04-2013. Grifou-se).

Com base em tais fundamentos, entendo ser incabível a revogação das prisões preventivas na hipótese, permanecendo presente o seu pressuposto E as autorizador, com alicerce no art. 312 do Código de Processo Penal. Reafirmo ainda serem insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP."

Vê-se que a prisão provisória foi fundamentada na especial gravidade da conduta, revelada pelo *modus operandi*, pois foi consignado que o agente e outro indivíduo, de forma organizada, chamaram a vítima ao local do crime mediante o uso de aplicativo.

Assim, a gravidade em concreto da ação justifica a segregação processual do Recorrente para a garantia da ordem pública.

Cito os seguintes precedentes, *mutatis mutandis*:

"[...]

4. No caso, as instâncias ordinárias destacaram os elementos constantes da conduta adotada, indicadores da periculosidade da paciente e do corrêu. Segundo consta, **ambos teriam utilizado aplicativo de transporte para atrair a vítima**, sendo que durante a corrida, anunciaram o assalto. Durante o decurso do crime, o corrêu, munido de arma de fogo calibre .32 ameaçou a vítima de desferir-lhe um tiro na cabeça, sendo que a paciente, de forma ríspida, confirmou 'para a vítima que estava nas mãos de Gabriel fazer o que quisesse com ele'. Ademais, deixaram a vítima nas proximidades de hotel fazenda, amarrada com fita

isolante, evadindo-se no seu automóvel e com R\$ 500,00 a ela pertencentes.

5. Com efeito, "se a conduta do agente - seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime - revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despidendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade" (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).

[...]

8. O entendimento desta Corte é assente no sentido de que, estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la.

9. As circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não surtiriam o efeito almejado para a proteção da ordem pública.

10. Ordem não conhecida." (HC 531.759/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019, sem grifos no original.)

"II - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para garantia da ordem pública, notadamente a forma pela qual o delito foi em tese praticado, consistente em roubo majorado pelo concurso de agentes, sendo que a vítima (motorista de aplicativo), foi supostamente 'acionado para uma corrida ocasião em que três indivíduos, posteriormente identificados como o autuado Ygor, que se assentou no banco dianteiro do carona, e os adolescentes [...] e [...], adentraram no veículo e informaram o local de destino. Desta feita, realizado o deslocamento, quando chegaram ao local solicitado, Ygor anunciou o assalto e exigiu que o ofendido desembarcasse do veículo e deixasse seu dinheiro, bem como [...] exigiu também neste momento seu aparelho celular[...]', circunstâncias que revelam a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do ora recorrente, tudo a justificar a imposição da medida extrema em seu desfavor. Precedentes." (RHC 115.546/MG, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 18/10/2019, sem grifos no original.)

Ademais, a custódia também está fundamentada pelo risco concreto de reiteração delitiva, porquanto foi consignado que o Recorrente possui "extenso número de crimes e registros de ocorrência" (ibidem) – foi condenado, em 16/04/2019, pela prática do crime de roubo duplamente majorado (processo n.º

Superior Tribunal de Justiça

0700253-21.2014.8.02.0067/AL).

Com efeito, "[c]onforme pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a preservação da ordem pública justifica a imposição da custódia cautelar quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade" (HC 548.020/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020).

Desse modo, as medidas cautelares diversas à medida extrema são insuficientes na espécie para a manutenção da ordem pública.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso ordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora